

ILHA DO GOVERNADOR: AGREMIÇÕES ESPORTIVAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO (1919-1962)

Victor Andrade de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
victor.a.melo@uol.com.br

RESUMO

Este estudo se debruça sobre a trajetória de três sociedades esportivas da Ilha do Governador/Rio de Janeiro – Jequiá Futebol Clube/Esporte Clube, late Clube Jardim Guanabara e Jockey Club Guanabara –, escolhidas para a investigação por suas experiências permitirem discutir a estruturação da insula antes de seu momento de maior crescimento. O recorte temporal vai de 1919 (data de criação da primeira associação) a 1962 (ano de extinção da última). Para alcance do objetivo, como fontes foram utilizados periódicos publicados na cidade. Desenvolvido na fronteira entre a Geografia dos Esportes e a História do Esporte, espera-se perceber como essas iniciativas atuaram na produção do espaço, dialogaram e foram agentes na configuração de um perfil, uma vocação, um conjunto de representações sobre a Ilha do Governador. Ao fim, conclui-se que as agremiações investigadas participaram ativamente do processo de constituição do território, bem expressando as mudanças societárias pelas quais passou a região pesquisada.

Palavras-chave: Geografia dos Esportes. História do Esporte. Rio de Janeiro. Subúrbio.

ILHA DO GOVERNADOR: SPORTING CLUBS AND THE PRODUCTION OF THE SPACE (1919-1962)

ABSTRACT

This study looks at the trajectory of three sporting associations of Ilha do Governador/Rio de Janeiro – Jequiá Futebol Clube/Esporte Clube, late Clube Jardim Guanabara and Jockey Club Guanabara –, chosen by their experiences in order to discuss the structuring of the island before its greater growth time. The time frame ranges from 1919 (date of creation of the first association) to 1962 (year of extinction of the last). To reach the objective, magazines and newspapers published in the city were used as sources. Developed on the border between the Geography of Sports and the History of Sport, it is expected to realize how these initiatives acted in the production of space, dialogued and were agents in the configuration of a profile, a vocation, a set of representations about Ilha do Governador. It is concluded that the investigated clubs actively participated in the constitution of the territory, well expressing the societal changes that the researched region went through.

Keywords: Sports Geography. Sport History. Rio de Janeiro. Suburb.

INTRODUÇÃO

As ilhas ocupam um lugar de destaque na imaginação geográfica, são locais com uma poética especial, (...), e isso explica que circulem na sociedade tantos pressupostos e ideias feitas a respeito da insularidade, que de vulgo não se inquiram nem se contestam. Entre essas “certezas” que costumamos aceitar como categóricas ou definitivas sobre as ilhas e a condição insular estão ideias como as de isolamento e solidão, de separação e afastamento, de fechamento e aprisionamento (...). a ideia da ilha como local isolado é profundamente equívoca, em nada ajudando a compreender a verdadeira natureza dos espaços insulares (HENRIQUES, 2009, p. 13).

Há algumas regularidades no processo de ocupação dos subúrbios do Rio de Janeiro, notadamente o fato de que, nos anos iniciais do século XX, foi marcado por deslocamentos tanto de populares quanto de gente dos setores médios, promovidos em função da dinâmica de gentrificação da região central da cidade, desencadeada por uma série de reformas urbanas (ABREU, 1987).

Há também muitas particularidades, mesmo entre aqueles bairros que têm em comum o fato de se estruturarem ao redor das estações férreas que foram sendo instaladas no decorrer da segunda

metade do século XIX e décadas iniciais do XX. No Méier, percebe-se a atuação denotada de uma elite local formada por funcionários públicos e profissionais liberais. Em Madureira, houve grandes empreendimentos comerciais. Parte da Zona da Leopoldina e Bangu foram marcados pela influência da industrialização. Campo e Grande e Santa Cruz mantiveram-se mais tempo com características rurais. Realengo teve predominância da intervenção de militares.

Em algumas regiões do subúrbio – mais distantes da linha férrea, isoladas e marcadas pela presença do mar, distinto foi o processo de desenvolvimento, inclusive no tocante ao forjar de representações sobre o local. Esse é o caso de Sepetiba e da Ilha do Governador¹.

É antiga a história da maior insula da Baía de Guanabara, a que tem condições de acolher maior número de habitantes². A Ilha do Governador foi encontrada por navegadores no início do século XVI (Figura 1). O nome atual tem origem nos anos 1570 quando Salvador Corrêa de Sá, primeiro governador-geral do Rio de Janeiro, se tornou donatário de boa parte do terreno. Posteriormente ocupada por fazendas/engenhos de açúcar, no século XIX, se iniciou um processo de loteamento e urbanização, potencializado pelo estabelecimento de uma ligação regular por barcas com o centro da cidade (1838)³.

Figura 1 - Rio de Janeiro: Mapa de Luiz Teixeira, 1586. A Ilha ainda está identificada com seus nomes originais, tanto o indígena – Pernapuem, quanto o português – Gato.



Fonte - Arquivo Nacional.

O desenvolvimento da Ilha do Governador teve relação direta com o estabelecimento de meios de transporte e ligação com o continente (RUSSO, 1997). No decorrer da primeira metade do século XX, foram instalados novos píeres, como o do Jardim Guanabara, bem como estações para as barcas, entre as quais a da Ribeira. Facilitou o trânsito no interior da insula, a criação de uma linha de bondes.

Para Russo (1997, p. 91), uma mudança fundamental, todavia, se deu em 1949, com a inauguração da primeira ponte de ligação com o continente, num momento no qual a insula já estava ocupada por muitas unidades da Aeronáutica, força armada criada em 1941⁴: “Foi a partir da metade deste século que a Ilha do Governador adquiriu um progresso populacional e urbano de forma até imprevisível”.

¹ Sobre a heterogeneidade dos subúrbios cariocas, ver Guimarães e Davies (2018).

² Nos dias de hoje, é a 20ª Região Administrativa, reunindo 15 bairros onde moram mais de 210 mil habitantes (Instituto Pereira Passos, 2010).

³ Para uma abordagem mais detida da história da Ilha, ver Ipanema (2013).

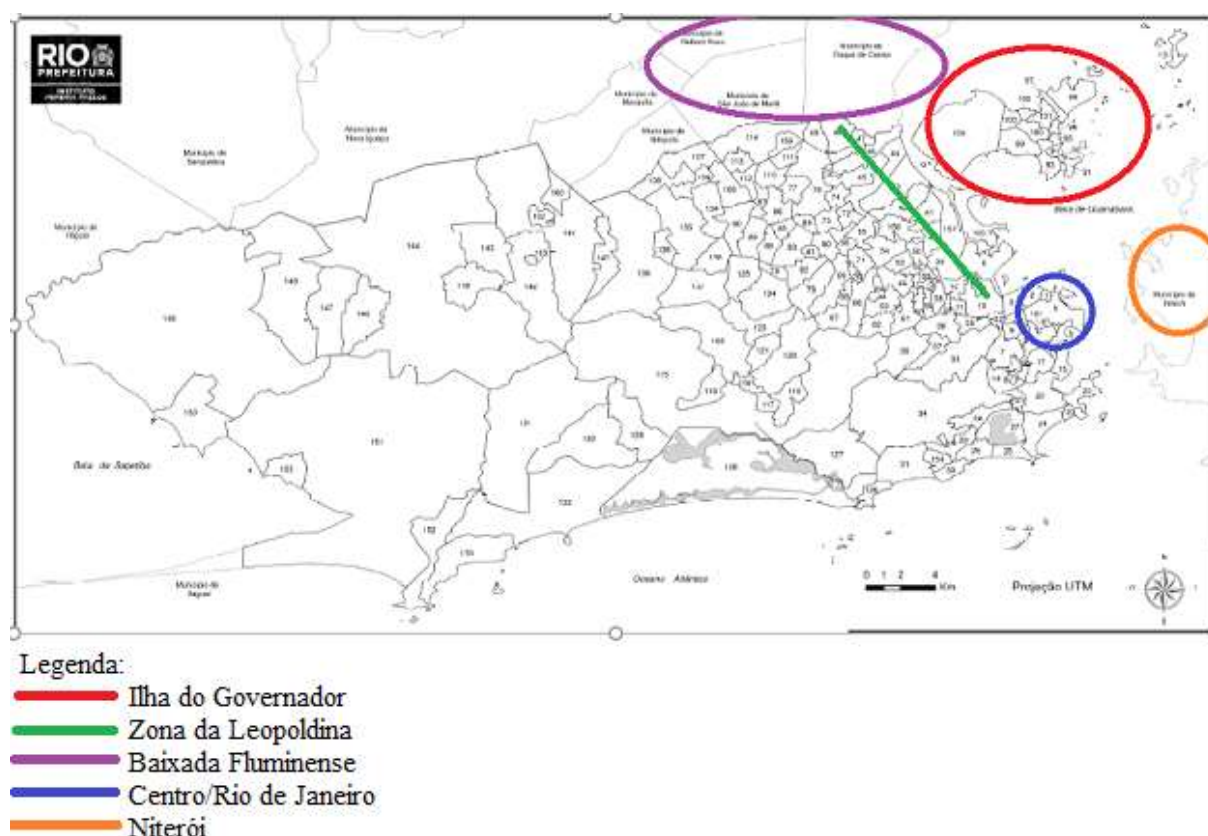
⁴ Fernandes (2006, s. p.) chama a atenção para a importância de perceber, especialmente no caso do Rio de Janeiro, como as forças armadas agiram como um relevante “agente de produção do espaço urbano”.

Durante décadas, a Ilha do Governador, a despeito de fazer parte da zona suburbana do Rio de Janeiro, manteve um padrão de vida relativamente autônomo, concebida como um lugar bucólico, tranquilo, muito procurado para veraneio⁵. Pode-se ver essa representação em algumas crônicas de Raquel de Queiroz, que viveu na insula por algum tempo: “Olha, ali vai ser a ponte! Mas nós nos recusamos a pensar na ponte; o nosso coração de insulares não deseja promiscuidades com o continente. Quer mesmo é o esplêndido isolamento” (QUEIROZ, 2012, s. p.)⁶.

Trata-se de uma usual representação acerca das ilhas, como sugere Henriques (2009, p. 135): “Essa ideia da insula paradisíaca, de tão antiga e de tão sedimentada que está na mentalidade ocidental, só podia ter originado uma atração turística forte pelos espaços insulares”. Chama a atenção, contudo, o autor: “Pensar a insularidade (...) em estreita ligação com as ideias de solidão e afastamento poderá não ser muito abonatório se tivermos as necessidades da vida cotidiana como critério” (p. 137).

A Ilha do Governador nunca esteve descolada do continente, constantemente percebendo-se o que Henriques (2009, p. 17) define como “estranho equilíbrio construído na ambiguidade da distância e conexão”. A partir da inauguração da ponte, todavia, se percebe sua maior integração à dinâmica não só do Rio de Janeiro, como também da Baixada Fluminense (Figura 2). Progressivamente, será tanto um lugar de passagem quanto assumirá um novo perfil como espaço de moradia.

Figura 2 - Rio de Janeiro (RJ): mapa de bairros, 2019.



Fonte - Armazenzinho. Armazém de dados. Instituto Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Entre outros aspectos, influenciaram nessa mudança de perfil a inauguração do Aeroporto do Galeão (1952), depois transformado em Aeroporto Internacional (1977), e a construção de uma nova ponte

⁵ Vale considerar que essa vocação, de alguma forma, existia desde o início do século XIX, quando a Ilha se tornou um dos espaços prediletos de lazer da família real portuguesa, acolhendo inclusive um campo de caça (uma coutada) (SOUTO, 2015).

⁶ Crônica publicada em maio de 1944. Disponível em livro organizado em 2012.

(1980), necessária em função do aumento do trânsito, problema que se acentuava com a abertura da Linha Vermelha (1992). Além disso, há que se considerar, nos anos 1970, o impacto da instalação do maior campus da UFRJ na Ilha do Fundão (na verdade, num aterro de oito ínsulas próximas).

Nesse processo, a Ilha do Governador passou a conviver mais intensamente com problemas comuns do Rio de Janeiro e das cidades do entorno: comunidades com condições não adequadas de habitação, poluição (um processo que agrediu a Baía de Guanabara como um todo), violência, degradação do tecido urbano.

Vejamos em números a mudança pela qual passou a região. Em 1890, na divisão territorial do Rio de Janeiro, a Ilha do Governador já pertencia à zona suburbana da cidade (MIYASAKA, 2016). Na insula, viviam quase quatro mil pessoas, a maior parte trabalhando na indústria, atividades agrícolas/pesca e comércio local.

Em 1906, o Distrito das Ilhas⁷ já possuía o dobro de habitantes, percebendo-se o aumento do número de trabalhadores no transporte e no serviço doméstico (MIYASAKA, 2016), uma decorrência da maior presença de pessoas de alto padrão econômico e veranistas. Em 1920, cresceu em cerca de 50% o número de moradores, já se identificando a redução da atividade agrícola e o incremento da quantidade de funcionários públicos e militares.

Há que se ter em conta que, em 1914, foi inaugurado um depósito da Shell na Ribeira, localidade que já abrigava, desde o fim do século XIX, uma base da *Standard Oil*. Desde aquela centúria, a propósito, havia na Ilha fábricas de cerâmicas, tijolos e telhas. Muitas foram as indústrias, de vários portes e setores, que se implantaram na insula no decorrer do século XX (IPANEMA, 2013)⁸.

Em 1940, quase triplicou o número de habitantes (cerca de 23 mil). Em 1950, o aumento não foi substancial (quase 30 mil), ainda não se sentindo os efeitos da inauguração da ponte. Em 1960, isso ficou mais claro, alcançando a Ilha 72 mil moradores. Dez anos depois, passou dos 100 mil (FERREIRA, 2013).

Na Ilha do Governador, vários foram os projetos imobiliários de grande extensão. Em 1931, foi inaugurado um importante empreendimento destinado à classe média alta, o Jardim Guanabara. Com a maior facilidade de transporte, muitos outros surgiram, com perfis societários distintos. Nos anos 1950, foi construído o Jardim Ipiranga (atual bairro Moneró), bem como o Jardim Duas Praias (atual bairro Bancários) (IPANEMA, 2013).

O processo pelo qual passou a Ilha do Governador não foi uma exceção no Rio de Janeiro. Nos anos 1940-1950, os subúrbios atingiram um auge de estruturação e de boa representação (FRAGA e SANTOS, 2015). A partir de então, todavia, a região foi açodada por um novo fluxo de ocupação desordenada, decorrência do grande crescimento populacional observável na cidade, consequência de uma migração que tinha relação com o maior desenvolvimento industrial e a mecanização da agricultura (MONTEIRO, 2007).

No caso da Ilha do Governador, deve-se ter em conta que, pelo menos a princípio, o aumento populacional foi também tributário de outro fenômeno. Com o crescimento da cidade, desenvolveu-se um gosto por atividades que tinham a natureza como palco, entre as quais algumas modalidades esportivas, práticas de campismo e o veraneio (DIAS, 2008). Nesse momento, exponenciou-se também a valorização das praias, processo que tivera início no século XIX (MELO, 2001) e tem como um marco os anos 1920/1930 (O'DONNELL, 2013). A Ilha do Governador, nesse cenário, tornou-se atraente por, estando próxima do Centro, oferecer boas alternativas de habitação numa localidade ainda bucólica.

Nesse processo de desenvolvimento da Ilha do Governador, observa-se algo que ocorreu em muitos bairros: a estruturação de um mercado de entretenimentos, decorrência do crescimento populacional, da maior estratificação social e da transição de uma dinâmica rural para uma mais urbana. Nesse cenário, surgiram agremiações recreativas de diferentes perfis, entre as quais as esportivas.

Em 1908, foi fundado o Governador Esporte Clube. No seu interior, foi criada uma pioneira sociedade feminina, o Grupo das Ninfas, que tinha eminente fim social, mas também possuía, entre suas associadas, muitas praticantes de distintas modalidades, entre as quais o remo (DIVERSÕES..., 1908). As duas agremiações tiveram vida ativa, embora breve, promovendo regatas, festas e eventos diversos.

⁷ Esse Distrito englobava todas as insulas da Baía de Guanabara. Somente a Ilha do Governador possuía um número maior de moradores.

⁸ Sobre as fábricas de cerâmica, ver também Souto (2015).

Nos anos 1910, surgiram algumas agremiações dedicadas ao velho esporte bretão. Em 1917, criou-se o Ilha do Governador Futebol Clube, que promoveu jogos com times que excursionaram à insula. Essa foi uma ocorrência comum durante décadas, a ideia de que a região era perfeita para uma curta viagem de um dia⁹.

Em 1918, foram criados o Flexeiras Futebol Clube (IPANEMA, 2013), que poucos registros deixou nos jornais, e o Cocotá Futebol Clube, que teve uma trajetória mais notável, inclusive por ter um time que venceu muitos jogos (FUTEBOL..., 1919). Não esteve filiado a nenhuma liga, mas manteve um calendário frequente de partidas. Promoveu muitos eventos na sua “pitoresca praça de esportes (...), situada na encantadora Ilha do Governador” (FUTEBOL..., 1919, p. 6).

No âmbito do esporte náutico, o Clube Guanabareense foi fundado em 1922 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1935), muito ativo nas décadas de 1930 e 1940. Já o Guanabareense late Clube, criado em 1936 (O GUANABARENSE..., 1936), teve uma notável participação na Associação Carioca de latismo. Promoveu muitas provas de natação, remo, iatismo, motonáutica.

São muitas as agremiações esportivas insulanas que merecem atenção¹⁰. Este estudo, contudo, se debruça sobre a trajetória de três dessas sociedades – Jequiá Futebol Clube/Esporte Clube, late Clube Jardim Guanabara e Jockey Club Guanabara –, escolhidas para a investigação por suas experiências permitirem discutir a estruturação da Ilha do Governador antes de seu momento de maior crescimento. O recorte temporal vai de 1919 (data de criação da primeira associação) a 1962 (ano de extinção da última).

Para alcance do objetivo, como fontes foram utilizados periódicos publicados no Rio de Janeiro. Como é usual na investigação de experiências esportivas, foi difícil encontrar documentos de outra natureza, à exceção de breves referências no Diário Oficial. Para além dessa limitação, o uso de jornais e revistas permitiu perceber a repercussão pública das iniciativas, o quanto foram relacionadas a diversas representações sobre a Ilha do Governador forjadas no decorrer do tempo.

O intuito é discutir como essas agremiações esportivas atuaram na “produção do espaço”, na esteira do que sugere Henri Lefebvre (1974/2000). Para o autor, é importante entender como espaço e modo de produção se inter-relacionam, investigar “uma história do espaço” (p. 6). Nessa concepção, o espaço não existe em si mesmo, ele é produzido, processo que se dá pelos mais distintos intervenientes¹¹.

Estamos nos aproximando, portanto, da ideia de território, o entendendo como fruto de conflituosas relações sociais e de poder. Souza chama a atenção para que, sem abandonarmos o debate sobre os aspectos culturais e econômicos, tenhamos em conta a faceta política:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” (...) (SOUZA, 2009, p. 59).

No âmbito da Geografia dos Esportes, Mascarenhas (2013, p. 146), dialogando com tal conceito, já chamou a atenção para o papel desempenhado pelos estádios de futebol: “o equipamento em si não é um território, mas tão somente o seu suporte ou substrato material; o estádio ‘usado’, isto é, o conjunto de normas e de práticas socioespaciais que ali se desenvolvem é que forma um território”. Fazendo um paralelo, podemos sugerir que da mesma forma funcionaram os clubes, agentes de “produção do espaço”, instâncias de poder no processo de delineamento do território.

Desenvolvido na fronteira entre a Geografia dos Esportes e a História do Esporte¹², pretende-se perceber como as experiências esportivas, em distintos tempos, dialogaram e foram agentes na configuração de um perfil, uma vocação, um conjunto de representações sobre a Ilha do Governador.

⁹ Ver, por exemplo, jogo realizado contra equipe do Cycle-Club, uma agremiação ciclística (CICLISMO..., 1917). Tratou-se de um dia de festa, com *pic-nic*, passeio de bicicleta, grande confraternização.

¹⁰ Deve-se ainda destacar duas importantes agremiações, a Associação Atlética Bancários e o Esporte Clube Jardim Guanabara, ambas criadas na primeira metade dos anos 1950, já relacionadas aos novos movimentos de urbanização da Ilha.

¹¹ Para um debate sobre as ideias de Lefebvre, ver Schmid (2012).

¹² Sobre a Geografia dos Esportes, ver Mascarenhas (1999). Sobre a História do Esporte, ver Melo e colaboradores (2013).

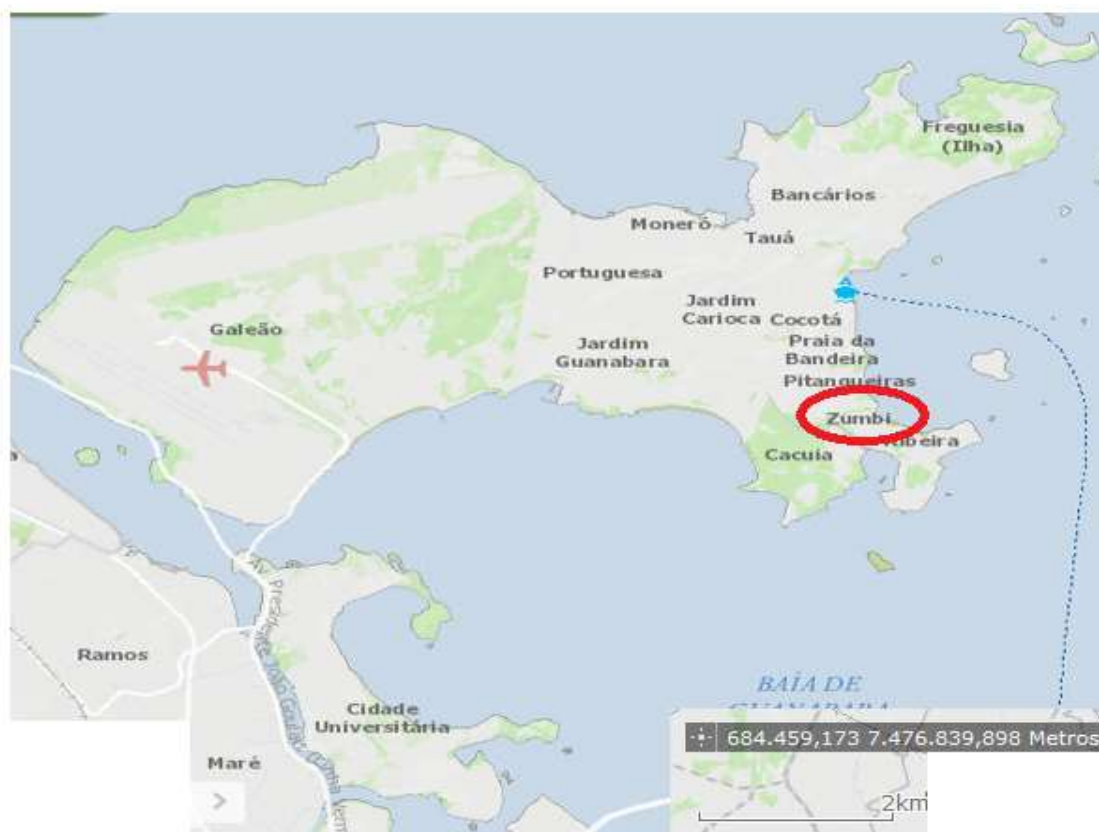
ASPIRAÇÕES DOS NATIVOS: O JEQUIÁ FUTEBOL CLUBE

Os núcleos populacionais somente tenderam para áreas urbanizadas quando as estradas de rodagem passaram a ter mais influência na Ilha do Governador. (...) nesse mesmo período da história da ilha, tais núcleos situados principalmente próximos às praias eram os que ficavam mais diretamente ligados às influências do continente em virtude de comunicações serem realizadas através de transportes marítimos (RUSSO, 1997, p. 93).

Em dezembro de 1919, fundou-se o Jequiá Futebol Clube com o objetivo de “cultivar os esportes e especialmente o futebol” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1931, p. 92). Como visto, não foi a primeira agremiação futebolística da Ilha do Governador, mas sim a que manteve maior relação com as ligas do Rio de Janeiro, além de ser a mais longeva (existe até os dias de hoje com o nome de Jequiá late Clube¹³).

A agremiação surgiu na parte da ínsula onde havia maior número de habitantes, o Zumbi (Figura 3). Como infere Russo (1997, p. 93), “o maior adensamento de população na Ilha do Governador ocorreu na porção Leste, coincidindo de certo modo com as zonas de povoação mais antigas”. No olhar do autor, tratava-se da região mais favorável para moradia em função de ser um litoral com melhores condições para atracação (ao contrário da zona oeste, tinha mais areia e menos mangues), bem como da incidência de ventos que amenizam o clima.

Figura 3 - Rio de Janeiro: bairros da Ilha do Governador, 2019.



Legenda:
— Bairro Zumbi

Fonte - Armazenzinho. Armazém de dados. Instituto Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Durante décadas, tanto o Zumbi quanto a vizinha Ribeira foram regiões centrais da Ilha do Governador, concentrando boa parte dos serviços e atividades econômicas (RUSSO, 1997; IPANEMA, 2013). A primeira linha de bonde tinha como ponto de partida/chegada essa área onde havia também uma importante colônia de pescadores.

¹³ Em algum momento na segunda metade da década de 1960, o clube adotou a denominação atual.

Contando com o apoio de moradores e comerciantes locais, em 1920, presidido por Alvaro Siaines de Castro, funcionário do Ministério da Viação¹⁴, o Jequiá promoveu festivais esportivos para angariar fundos para a construção de sua sede (FUTEBOL..., 1920). Pretendendo também contar com apoio de gente do continente, providenciaram-se barcas especiais. Além disso, alguns eventos foram organizados no Clube de Regatas São Cristóvão. A agremiação dramatizava uma peculiaridade da Ilha: a já citada ambiguidade entre distância e conexão.

A atuação do Jequiá, de alguma maneira, reproduzia essa dinâmica. De um lado, tinha forte base comunitária, tornando-se rapidamente uma referência na insula¹⁵. De outro lado, procurou inserção nas atividades esportivas da cidade. Isso se dava por meio do envolvimento com as iniciativas organizadas no continente, mas também com convites a equipes para jogar no seu campo, aproveitando e reforçando a imagem bucólica da Ilha do Governador (O GUANABARA..., 1920).

Essa dupla intenção ficou bem explícita em muitas atividades que promoveu. Por exemplo, um de seus festivais esportivos contou com a participação de equipes de várias localidades da Ilha do Governador, bem como do continente. Um cronista foi preciso: a agremiação tentava dar “um xeque mate nas rivalidades existentes entre os grêmios insulanos” (UM FESTIVAL..., 1923, p. 9).

O Jequiá buscava se apresentar como um articulador do esporte local, intermediário entre a insula e a cidade. Para consolidar esse intuito, no citado festival, convidou e denominou as várias taças distribuídas com o nome das principais lideranças da região. Foi homenageado, por exemplo, Hildebrando Barbosa Rodrigues, dono de uma importante papelaria no continente, despachante aduaneiro, *sportsman* de destaque. Da mesma forma, foi reconhecido o coronel Pio Dutra, membro da Guarda Nacional, delegado, oriundo de uma antiga família da Ilha, intendente municipal em várias gestões, proprietário do periódico O Suburbano.

Em alguma medida, essas iniciativas auxiliaram na conformação de uma identidade insular. Vale considerar que, no festival citado, as agremiações da Ilha deram vários presentes ao clube anfitrião. O Tiradentes entregou uma declaração: “Ó glorioso Jequiá F. C., ó glorioso Jequiá querido! Quanta vitória no teu nome encerra! O teu time leal é o preferido, de toda gente fina dessa terra” (TEM..., 1923, p. 12).

De outro lado, havia rivalidades entre as agremiações insulanas. No caso do Jequiá, essas sempre foram aparentes com uma sociedade esportiva ativa até os dias de hoje, o Esporte Clube Cocotá. Ciosa dessa ocorrência, em diversas ocasiões, a diretoria procurou intervir para garantir a valorização local.

Em certa feita, chegou escrever à direção de uma liga solicitando maior respeito com as agremiações da Ilha, fazendo questão de afirmar: “Posso assegurar-lhe que o S. C. Cocotá continua a merecer do Jequiá Futebol Clube a mesma consideração e apreciação como um grêmio de grande organização e futuro promissor” (O JEQUIÁ..., 1932, p. 7). Na verdade, estimulava a rivalidade, mas a considerava um fator de fortalecimento do esporte insulano.

Perceba-se como o clube era agente na “produção do espaço”, nos termos definidos na introdução no diálogo com Lefebvre. Frente à estigmatização do que ocorria na Ilha¹⁶, a diretoria do Jequiá esgrimiu o argumento de que isso não era condizente com uma certa visão paradisíaca que havia acerca da insula, uma representação cultivada pelas lideranças locais.

Essa estratégia de forjar uma representação positiva da Ilha, em muitas ocasiões, logrou êxito. Em 1921, um cronista não poupou elogios a um festival promovido pelo Jequiá, exaltando a beleza das “torcedoras”, a gentileza da diretoria, a qualidade da comida (servida pela renomada Confeitaria

¹⁴ Como diretor esportivo, assumiu um *sportsman* de grande prestígio, costumeiro líder de iniciativas recreativas: Antenor Magalhães.

¹⁵ Uma de suas ações notáveis foi a promoção de atividades beneficentes. Em 1920, por exemplo, um festival esportivo foi organizado em “benefício das crianças pobres” (O GRANDE..., 1920, p. 9).

¹⁶ Sobre o processo de estigmatização do subúrbio, ver Fernandes (2011).

Colombo), a elegância da sede instalada num palacete, o aspecto da praia (“que em tudo se pode rivalizar com a nossa Avenida Atlântica”) (CRITICANDO..., 1921, p. 18). Tratou-se de um louvor, mas sem dúvida algo etnocêntrico: gente do continente, julgando a Ilha de forma exótica a partir dos parâmetros do Centro.

Ainda que jamais abandonasse a noção de bucolismo, o Jequiá constantemente investiu na ideia de conformar uma experiência civilizada para a Ilha do Governador. Forjava uma representação de que se tratava da perfeita integração entre o tradicional e o moderno, o civilizado “rural” que se integra ao civilizado “urbano”, o progresso e a natureza em comunhão.

Esse intuito, todavia, por vezes, esbarrou nas dinâmicas do velho esporte bretão. O Jequiá não escapou de uma ocorrência usual nas lides futebolísticas da cidade: conflitos nos campos em função de ânimos exaltados por decorrências do jogo. Em certa ocasião, por exemplo, o “encontro, que foi presenciado por uma enorme assistência, não terminou por ter havido um enorme sarriho, promovido por uns torcedores exaltados” (FUTEBOL..., 1921, p. 6). Como decorrência, a polícia local, cuja delegacia se encontrava no Zumbi, chegou a pensar em proibir a realização de partidas na Ilha. O cronista isentou a diretoria de maior responsabilidade, mas a conclamou a tomar atitudes para coibir o que chamou de “torcida insuportável, violenta e moleque”.

Controlar esses comportamentos se tornou uma preocupação da diretoria do Jequiá não só por seus intuítos civilizatórios, como também pelos desejos de se inserir nos meios futebolísticos da cidade. Aventou solicitar filiação à Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT), a mais prestigiosa da capital, mas acabou se ligando, em 1927, à Liga Gráfica, fundada em 1923, majoritariamente formada por times de funcionários de periódicos, papelarias e tipografias, uma entidade que gozava de certo reconhecimento, ainda que fosse mais modesta.

É possível que tal vinculação tenha se dado em função da intervenção de Hildebrando Barbosa Rodrigues, como vimos, comerciante ligado ao setor gráfico. Entre outras coisas, tal participação permitiu o Jequiá ter ao menos uma performance na área suburbana, onde se encontravam instalados a maior parte dos afiliados à Liga.

Essa inserção suburbana também ficou clara quando o Jequiá escolheu como seu órgão oficial de comunicação o jornal A Rua, que dedicava atenção especial àquela região da cidade, inclusive a muitas agremiações esportivas. Vários periódicos passaram a adotar postura semelhante por perceber que se formara um novo público consumidor, destacadamente lideranças que defendiam os interesses locais.

Posteriormente, em 1930, o Jequiá, junto com mais de 100 clubes do Rio de Janeiro, escolheu o Diário de Notícias como órgão oficial. O periódico anunciou que pretendia contribuir com o “desenvolvimento esportivo dos pequenos clubes, fornecedores inesgotáveis dos astros dos grandes clubes” (A GRANDE..., 1930, p. 14).

Para além da hierarquia estabelecida, percebe-se, portanto, em que grupo específico se situava a agremiação insulana, aquelas que, segundo o cronista, “lutando com todas as dificuldades e obstáculos, vencem a indiferença do grande público”, aquilo que o jornal chamava de “pequeno esporte”. Pequeno para a cidade, mas grande na Ilha do Governador, onde o clube gozava de popularidade e reconhecimento.

O Jequiá não ficou muito tempo na Liga Gráfica. Chegou à final do campeonato de 1928 contra o Modesto Futebol Clube, ocasião marcada por um conflito violento no qual alguns sócios saíram feridos (FUTEBOL..., 1928). Numa longa mensagem, a diretoria deixou transparecer uma certa incompatibilidade com o *modus operandi* dessas contendidas.

A agremiação insulana, uma vez mais, expressou bem uma das peculiaridades da produção do espaço da Ilha do Governador. Como integraria as iniciativas de uma cidade que crescia rapidamente? Manter-se-ia como um lugar rural e bucólico ou aderiria as ideias de progresso que

estavam em curso? Sua identificação se dava mais com as zonas central e sul ou com a região suburbana?

Perceba-se que, a essa altura, dirigia o clube o notório médico Luiz Paixão, personagem muito atuante e respeitado não só no Zumbi, como também na Ilha em geral. Teve um desempenho destacado no que tange ao progresso local, inclusive no tocante a buscar uma ligação mais eficaz com o continente¹⁷. Algumas de suas ações em prol da saúde tiveram lugar na sede do Jequiá.

Nessa fase pós-Liga Gráfica, percebe-se, na esteira do perfil do Dr. Paixão, um movimento de maior comprometimento com as causas da Ilha do Governador, bem como a promoção de maior número de atividades sociais que mobilizavam os moradores e veranistas, tais como bailes diversos, entre os quais os de carnaval, que se tornaram uma marca do clube no decorrer do tempo, famosos e celebrados na cidade. Seus festivais esportivos, organizados com frequência, tornaram-se ocasiões ainda mais notáveis.

Na sede do Jequiá, foram também realizadas muitas cerimônias cívicas. O clube acolheu o Tiro de Guerra da Ilha do Governador (TIRO..., 1934). Essa instituição, criada nos anos iniciais do século XX, a princípio tinha por intuito a melhor preparação dos cidadãos para a defesa da nação, sendo depois transformada em núcleos onde se prestava o serviço militar obrigatório (GONZALES, 2008). Perceba-se como a agremiação se vinculava ao desenvolvimento e progresso local, na mesma medida que a inseria no âmbito de preocupações que extrapolavam suas fronteiras.

Nesse mesmo sentido, se entende o apoio do Jequiá a outro movimento cívico importante, o escotismo, entendido como uma proposta de educação da juventude tendo em vista o futuro da nação¹⁸. A agremiação acolheu constantemente os eventos dos núcleos de escoteiros do mar que havia na Ilha do Governador (no Jequiá, Galeão e Cocotá).

A maior inserção local não significou que a diretoria tenha abandonado pretensões de aumentar a participação do clube no meio esportivo carioca. Um indício foi sua ligação à Liga Brasileira de Desportos, fundada em 1921, a partir de 1926 uma subliga da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA).

O Jequiá sagrou-se vitorioso em 1929, motivo de grande júbilo e comemoração na Ilha do Governador. Fortalecia-se a forma como o clube era apresentado: “Campeão das Ilhas”. Além disso, a conquista trouxe projeção para os jogadores. Pavimentou-se a ideia de que a região era uma fértil produtora de craques, uma ocorrência relacionada aos seus “ares saudáveis”.

A ligação à AMEA permitiu ao Jequiá enfrentar os grandes times da cidade, tais como Flamengo, Fluminense e América. Mesmo que, em geral, não lograsse bons resultados, tais partidas inseriam a agremiação em outro patamar do futebol carioca. O clube, de fato, participou ativamente dos conturbados momentos pelos quais passou a modalidade nos anos 1930 (SANTOS, 2010), se envolvendo com várias ligas.

Na verdade, nos anos 1940, década em que aumentou a população da Ilha do Governador, o clube passou a se envolver com as ligas de outros esportes que ganharam espaço no seu cotidiano, especialmente o tênis de mesa, o basquete e o voleibol. Em 1943, se transformou em Jequiá Esporte Clube (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1944), uma clara indicação de mudança de perfil.

Em 1950, essa vocação, relacionada às novas características da Ilha do Governador, se consagrou com uma celebrada inauguração de sua quadra poliesportiva. O clube passou também a estimular a prática do futebol de salão, uma modalidade que começava a melhor se estruturar na cidade. Há uma ocorrência que ajuda a entender essa mudança de perfil – o fim dos tempos de amadorismo no futebol:

¹⁷ Essas informações foram obtidas no sítio Toponímia Insulana, dinamizado por João Carlos Silva Cardoso. Os dados de Paixão foram informados por Jaime Moraes e estão disponíveis também no livro de Fontainha (1963).

¹⁸ Vários clubes do Rio de Janeiro se vincularam, em maior ou menor grau, a grupos de escoteiros (HEROLD JUNIOR e MELO, 2018).

Jequiá, o tradicional clube da Ilha do Governador, que possui um passado brilhante e que já teve oportunidade de disputar um campeonato de futebol entre os grandes clubes cariocas, depois que veio a pacificação e muitos dos chamados clubes pequenos voltaram às suas atividades modestas, o Jequiá prosseguiu dentro do setor amadorista como uma expressão e uma organização realmente a serviço dos esportes (EM ATIVIDADE..., 1954, p. 10).

Isso é, frente à dificuldade de manter o protagonismo com as mudanças no âmbito do futebol, o clube se reconfigurou a partir do interesse de um novo conjunto de associados que tinham chegado mais recentemente à Ilha do Governador. Com isso, seguiu mantendo antigos princípios: contribuições para o desenvolvimento da insula – do ponto de vista social e político – e projeção da região no cenário citadino. Não deixou de ser uma “produtora do espaço”, apenas mudou seu padrão de intervenção. Manteve-se como uma importante referência local, inclusive no que tange às celebrações e festejos públicos.

Nessa nova fase, o Jequiá passou a promover provas de motonáutica, estando envolvido com a criação da Federação Metropolitana da modalidade. A instituição desse esporte na Enseada do Jequiá é uma boa metáfora dos novos rumos da Ilha do Governador. Os mares calmos estavam dando lugar ao barulho dos motores num momento em que já aumentara o burburinho nas praias mais frequentadas em função da inauguração da ponte.

Raquel de Queiroz foi precisa ao definir que o espaço não era mais o mesmo, ganhara uma nova conformação: “A dantes bucólica aldeia marítima dos sete engenhos é hoje um dos bairros mais dinâmicos da cidade. As casas brotam do chão como cogumelo, as bombas de gasolina ocupam as esquinas, os edifícios de apartamento pululam” (NOTÍCIAS..., 1956, p. 116).

Nos anos 1950, quando estava em pleno processo a mudança de perfil do Jequiá Esporte Clube, dava seus primeiros passos uma agremiação que era também expressão dos novos tempos da Ilha do Governador – o late Clube Jardim Guanabara.

NOVOS MORADORES, UM NOVO PERFIL: O IATE CLUBE JARDIM GUANABARA

No início da década de 1930, foi inaugurado na Ilha do Governador um notável empreendimento imobiliário destinado à classe média alta: o Jardim Guanabara. A responsável pela iniciativa, a Companhia Santa Cruz, contratou como arquiteto Jorge de Macedo Vieira, ex-estagiário do inglês Richard Parker, um dos responsáveis por desenvolver no Brasil projetos nos moldes de “cidade-jardim”.

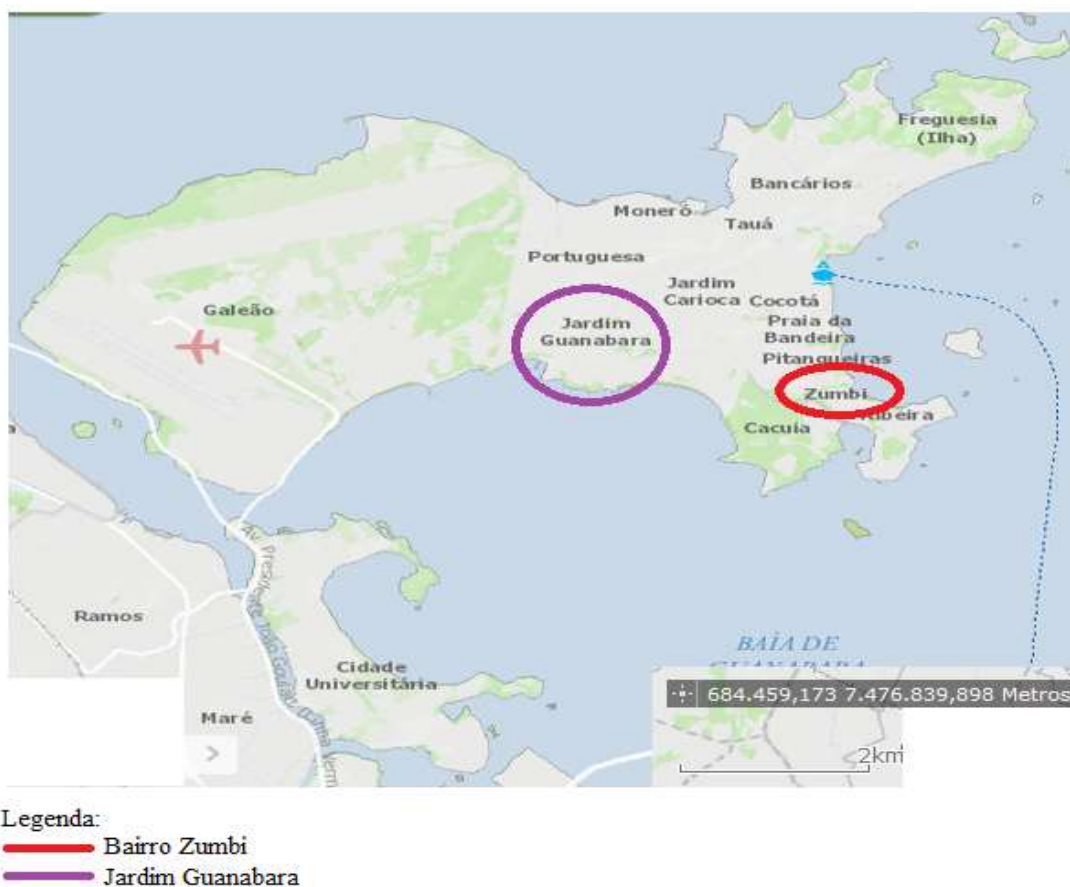
Tratava-se de uma proposta de urbanização que se destacava “pela qualidade de vida proporcionada aos seus habitantes, aliando natureza e harmonia nas construções” (SILVA e BERLINI, 2015, p. 8). Pensado para abrigar 20 mil pessoas em casas de bom tamanho, tinha “áreas reservadas para parques, jardins e ruas diferenciadas para pedestres e veículos”.

As propagandas do empreendimento, publicadas em grande número nos jornais e revistas cariocas, explicitam as representações forjadas para o Jardim Guanabara. De um lado, apresentava-se uma experiência de contato com a natureza: “Mar-Floresta-Montanha” (Vida Carioca, set. 1933, p. 19). De outro, os confortos do urbano: “Água, Luz Elétrica, Telefone”. De um lado, a natureza que invade o urbano: “Lindos bosques, Praças e Jardins”. De outro, o urbano que invade a natureza: “Lindos palacetes e bangalôs”. Afastado do centro, mas também próximo: “a 35 minutos da Avenida Rio Branco”.

O Jardim Guanabara exponenciou para a Ilha do Governador a vocação que vinha sendo construída há décadas: bucólica, mas moderna; afastada, mas perto do continente; integrada, mas peculiar (Figura 4). A perfeita integração entre a natureza e a cidade. Conforme o empreendimento foi se estabelecendo, as propagandas publicavam fotos para comprovar o alcance desses intuídos¹⁹. Perceba-se que era uma região habitada por gente de classe média alta, localizada mais para a oeste da Ilha, novas áreas que estavam sendo ocupadas por iniciativas imobiliárias diversas.

¹⁹ Ver, por exemplo edições da Revista Municipal de março de 1936 (p. 80), maio de 1936 (p. 89), setembro de 1936 (p. 100), novembro de 1936 (p. 79).

Figura 4 - Rio de Janeiro: bairros da Ilha do Governador, 2019.



Fonte - Armazenzinho. Armazém de dados. Instituto Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1950, com o empreendimento consolidado, o late Clube Jardim Guanabara foi fundado (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1953, p. 63). Já nasceu com uma forte base institucional, articulado com as ações da Companhia Santa Cruz (que percebeu que a agremiação valorizava seu empreendimento) e de importantes lideranças civis e militares que viviam no Jardim Guanabara. Em geral, eram novos moradores, não os mais antigos que tinham envolvimento com o Jequiá Esporte Clube (ainda que houvesse gente associada a ambos).

Podemos ver a peculiaridade da agremiação numa entrevista de seu presidente, o coronel aviador Helio da Costa, concedida em 1954. No seu olhar, o clube surgiu “do anseio da congregação de pessoas que foram procurar na Ilha do Governador, tão próximo da cidade que é como um apêndice, e tão distante da agitação, um aparte bucólico e sereno” (NO DISTRITO..., 1954, p. 2).

Na visão do presidente da agremiação, os sócios eram médicos, capitalistas, militares, engenheiros e outros profissionais de nível superior. Tendo em vista a construção da Cidade Universitária, o dirigente perspectivava que o clube iria crescer na medida em que, no seu olhar, desejariam mudar para a Ilha do Governador “as melhores famílias do Rio de Janeiro”.

Ao compararmos com a experiência do Jequiá, percebemos as diferenças de posicionamento e de grupo social envolvido, bem como de perspectivas de inserção social. O late Clube Jardim Guanabara tratar-se-ia de um recanto para os associados. Era uma nova forma de conceber o espaço, uma Ilha do Governador cheia de novos moradores de elite. Não por acaso, o clube esteve envolvido em movimentos de valorização das obras promovidas nos anos 1950 e 1960, ao contrário de antigos insulanos que viam com alguma desconfiança essas intervenções. O próprio fato de que o presidente era um oficial da Aeronáutica já é um indicador do novo perfil de habitantes da insula.

Com a inauguração da sede, em 1956, construída a partir de projeto de Oscar Niemeyer, cresceu o número de associados. O espaço recebeu grande destaque na imprensa pela beleza e arrojamento

das instalações, se tornando um dos grandes atrativos da agremiação. Até mesmo por isso, acolheu muito eventos da alta sociedade do Rio de Janeiro, entre os quais bailes diversos, muitos de gala, especialmente os de carnaval.

Um cronista assim expressou suas impressões acerca das novas instalações: “nos chocou, de pronto, pela beleza do panorama, por sua cinematográfica piscina com recortes bonitos e água tão límpida” (CLUBES..., 1958, p. 20). Para ele, era frequentada por muita gente que passa “o verão ou fim de semana no aprazível local”. Perceba-se que a representação apontava para uma agremiação com menor base comunitária. Mais ainda, inferiu-se que a sede tinha sido construída tendo em vista mais as atividades sociais do que a prática do esporte náutico propriamente dito, “nasceu com as costas voltadas para o mar” (IMPRESSÕES..., 1959, p. 15), como disse um adepto do iatismo.

Essa tendência chegou a causar certa discordância entre os sócios da agremiação. Em 1957, um grupo lançou uma chapa para a direção tendo como uma das propostas exatamente “dar ao Clube o que ainda não existe: o iatismo” (IATE..., 1957, p. 5). Para eles, o “campo de esportes terrestres e piscina não podiam jamais anteceder o motivo da criação do late Clube – o esporte náutico”.

As cobranças vinham também de iatistas de outros clubes. Havia muita simpatia pelo Jardim Guanabara. Volta e meia, todavia, alguém lembrava que não dera “nenhum passo concreto (...) para a construção de galpões e rampas para uma futura flotilha” (POR BARLAVENTO..., 1958a, p. 7). Figueira Barbosa, cronista especializado no esporte náutico, foi bem direto: “Talvez agora o ICJG tenha pressa em olhar para o mar, pois três anos passou sem vê-lo” (POR BARLAVENTO..., 1958b, p. 12).

Era uma curiosa ocorrência: um clube de iatismo respeitado, mas que não possuía uma boa estrutura para a prática do esporte náutico. A resolução desse problema contou com a participação da Companhia Santa Cruz, que cedeu terrenos para a expansão da sede de forma que pudesse ter uma saída para o mar. Somente em 1962, foi concluída a construção de 1.500 m² de garagens para as embarcações.

Antes mesmo disso, o Jardim Guanabara, como membro da Federação Metropolitana de Vela, organizou regatas contando com a participação de outras agremiações náuticas do Rio de Janeiro. Um exemplo é uma competição interclubes promovida em 1956, evento que atraiu personalidades importantes como o Comodoro do late Clube do Rio de Janeiro, Carlos Pires de Melo, e o presidente da Federação da modalidade, Joaquim Belém (TUPI..., 1956, p. 1). Em 1957 e 1958, a prova foi ainda mais concorrida.

O late Clube Jardim Guanabara integrou ativamente o calendário do iatismo fluminense. Do ponto de vista dos resultados nas competições, nunca logrou muito sucesso. Demorou até mesmo a participar das provas por não ter uma flotilha própria. Tornou-se, todavia, um importante espaço para os envolvidos com a modalidade. Devido às boas condições de ventos e mar naquela região (por vezes, considerada a melhor do Rio de Janeiro), acolheu muitas regatas. Em função de sua beleza, conforto e formação societária, sediou muitas cerimônias festivas da Federação Metropolitana de Vela. Tais atividades levavam para a Ilha do Governador um público diferenciado, gente de classe média alta. Tratava-se de um perfil sensivelmente distinto dos que compareciam aos eventos do Jequiá.

O late Clube Jardim Guanabara ajudou a forjar uma nova vocação para a Ilha do Governador. Em 1958, outra agremiação foi fundada, o Governador late Clube, com sede na Praia da Rosa, Moneró, parte norte da Ilha, uma região que fora ocupada por muitas casas de veraneio. Da mesma forma, na insula pretendia construir uma sede náutica o Tijuca Tênis Clube (NO MUNDO..., 1958, 24).

Mesmo com as mudanças pelas quais passou a Ilha do Governador, especialmente a partir dos anos 1970, essas agremiações náuticas conseguiram se manter ativas até os dias de hoje. Como vimos, até o antigo Jequiá se transformou em late Clube. Conseguiram desenvolver uma base societária, ao contrário de outra iniciativa marcante que houve no início da década de 1960: o Jockey Club Guanabara.

A CHEGADA DOS “ESTRANGEIROS”: O JOCKEY CLUB GUANABARA

No ano de 1957, a sempre atenta Companhia Imobiliária Santa Cruz, nos seus anúncios do Jardim Guanabara, divulgou uma novidade que valorizaria seu empreendimento – em breve começaria a ser

construído “o mais novo e moderno centro turfista da América do Sul” (CORREIO DA MANHÃ, 1957, p. 50): o Hipódromo Guanabara.

Efetivamente, em abril de 1958, em reunião da diretoria da Companhia Santa Cruz, foi informado o contrato firmado com o Jockey Club Guanabara tendo em vista a “locação de área de construção de um hipódromo” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1958, p. 87). A agremiação fora fundada por um grupo de criadores de cavalos envolvidos com o turfe, nenhum deles morador da Ilha do Governador.

No decorrer dos últimos anos da década de 1950, muitas foram as matérias que acompanharam a evolução das obras do hipódromo que estava a ser construído na Ilha do Governador, várias com fotos ilustrativas dos progressos da instalação. A expectativa de ter um novo Prado gerou uma grande movimentação nos meios turfísticos da cidade.

Tratou-se de uma obra bastante ambiciosa, aliando beleza e adequação às atividades turfísticas, prometendo ser um sopro de modernização na mais antiga modalidade esportiva da cidade e (MELO, 2001), na ocasião unificada ao redor de uma única agremiação – o Jockey Club Brasileiro (fusão do Jockey Club, fundado em 1868, e o Derby Club, criado em 1885). A todo tempo, na imprensa, surgiram comparações entre os dois hipódromos. Na verdade, o grupo que dinamizava o Jockey Club Guanabara era uma dissidência da tradicional sociedade de corridas de cavalos (ÚLTIMA HORA, 1960).

A antiga bucólica Ilha assistia um curioso movimento de modernização, ainda que com limite por se tratar de uma agremiação ligada a uma modalidade muito tradicional. Mais ainda, o Prado foi instalado numa zona pouco habitada até então, o atual bairro da Portuguesa, assim denominado em função do clube de futebol que adquiriu as instalações do Hipódromo Guanabara. Antes, a propósito, a área foi chamada de Jóquei (Figura 5).

Figura 5 - Rio de Janeiro: bairros da Ilha do Governador, 2019.



Fonte - Armazenzinho. Armazém de dados. Instituto Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Perceba-se que a ocupação da região foi induzida pela instalação esportiva. Antes, era uma mata que fazia fronteira com o Aeroporto Internacional, área da Aeronáutica. Uma vez mais o esporte produzia o espaço. Um anúncio da Companhia Santa Cruz, em tom de autovalorização, pode parecer exagerado, mas não de todo equivocado: “Onde reinava apenas a solidão, ergue-se o mais moderno e atraente hipódromo do país” (DIÁRIO DA NOITE, 1961, p. 24).

O grupo gestor da iniciativa contava com o sucesso do empreendimento do Jardim Guanabara e apostava nas novas possibilidades de deslocamento que facilitavam o trânsito em direção à Ilha do Governador: a Avenida Brasil e a ponte. Além disso, o novo hipódromo se encontrava próximo das Rodovias Dutra e Washington Luís, bem como do Aeroporto Internacional. Esperava-se atrair também público da Zona Norte, região que voltaria a ter um Prado, depois que fecharam os de Benfica (do antigo Jockey Club) e do Maracanã (do Derby Club).

Perceba-se que a representação era de modernização, mas sem romper de todo com antigas ideias forjadas sobre a região. O hipódromo era uma construção de “arrojadas linhas arquitetônicas”, dotado de uma pista “das mais perfeitas da América do Sul” (GUANABARA..., 1960, p. 14), mas também instalado num “saudável e pitoresco recanto” (Figura 6). Para Paulo Dunshee de Abranches, diretor do Jockey Club Guanabara, tratava-se de “Panorama encantador” que seria uma “moldura de um dos mais belos prados de corridas da América do Sul”. Moderno sim, mas também bucólico.

Figura 6 - Rio de Janeiro (RJ): Hipódromo Guanabara, 1960.



Fonte - Jornal dos Sports, 1960.

Dunshee de Abranches, além de notável criador de cavalos, foi um importante personagem da cidade, advogado, professor universitário. Junto com ele, à frente do projeto, se encontrava Antônio Joaquim Peixoto de Castro, turfista reconhecido, empresário bem-sucedido do setor industrial. Esses são dois exemplos do perfil de boa parte dos envolvidos com a iniciativa: gente de estrato socioeconômico alto, não moradores da Ilha do Governador.

O arrojado projeto foi concebido pelo escritório de Hélio Modesto, arquiteto e urbanista de renome, envolvido com obras importantes da cidade, como o Aterro do Flamengo, o Museu de Arte Moderna, o Riocentro. A execução contou com a participação de reconhecidos engenheiros, como Mário Rodrigues, Samir Haddad, José Carlos Montenegro e Humberto Manoel Montenegro.

A Construtora Montenegro foi a contratada para execução das obras (Figura 7). A inspiração modernista era flagrante, compreensível numa cidade que recém-perdera a condição de capital e procurava se apresentar como a Belacap, o que dava um charme especial ao empreendimento.

Figura 7 - Rio de Janeiro (RJ): propaganda da Construtora Montenegro, 1961.



Fonte - Correio da Manhã, 1961.

Apesar do atraso nas obras, e mesmo com elas ainda inconclusas, em agosto de 1961, foi inaugurado o Hipódromo Guanabara. As arquibancadas estavam lotadas, inclusive com muita gente que poucas vezes antes tinha ido à Ilha do Governador, trânsito facilitado pelas muitas opções de transporte oferecidas pela diretoria. Um periódico estimou que quase 60 mil pessoas estiveram presentes (MANCHETE, 1961).

A antiga ínsula frequentava as páginas de periódicos como jamais antes. Foram fartas as fotos do evento em matérias que elogiavam a beleza e funcionalidade do hipódromo. O “Colosso da Ilha”, como ficou conhecido o prado, impunha à cidade uma nova visão do antigo recanto.

Os cronistas, em geral, apoiaram a iniciativa, inclusive relevando alguns problemas observados. De outro lado, reconheciam que as novas restrições legais penderiam mais sob o Jockey Club Guanabara do que sob o Jockey Club Brasileiro. Estavam se referindo às imposições do decreto presidencial n. 50.578, de 10 de maio de 1961. Impactou o turfe a permissão para realização das corridas somente aos domingos e feriados; a proibição de apostas fora do hipódromo; a restrição à frequência de menores de 21 anos.

No segundo semestre de 1961, houve promoção regular de corridas de cavalos, bem como alguns concursos de saltos, em muitas ocasiões contando com bom público. Além disso, havia visitas constantes de interessados em conhecer o hipódromo, que dispunha de boa estrutura de bar e restaurante, inclusive uma churrascaria. A iluminação noturna deixou ainda mais atrativo o prado.

Com as iniciativas do Jockey Club Guanabara, passaram a frequentar a Ilha do Governador, para além de um público diversificado, novos personagens do mundo turfístico, tais como criadores, treinadores, jôqueis, pessoal de cuidados dos animais, em número menor do que esperava a diretoria, que tentara montar uma grande estrutura para os acolher.

Depois de um relativo sucesso inicial, logo começaram a surgir problemas. Alguns eram de ordem estrutural, como a qualidade e preços do restaurante. A questão das apostas não se resolveu e o Jockey Club Guanabara foi proibido de abrir agências fora do hipódromo. Reduziu-se o número de criadores e treinadores interessados em inscrever cavalos. Jôqueis começaram a reclamar de que o tratamento recebido não era distinto do Jockey Club Brasileiro. O público começou a cair no decorrer do tempo.

Uma saída para o Guanabara seria contar com a ajuda do Jockey Club Brasileiro. As relações entre as duas agremiações aparentemente foram amistosas. Chegaram a planejar algumas ações em conjunto. Todavia, o mais tradicional clube de turfe nunca apoiou enfaticamente a novel sociedade, um procedimento que foi usual na história da modalidade (SANTOS, 2015).

Houve gente lutando para uma “coexistência pacífica” para bem do turfe fluminense (A RAIA..., 1961, p. 15). Chegou-se a aventar uma fusão entre as duas agremiações. Em muitos momentos, contudo, transpareceram ações que dificultaram o bom funcionamento do “pradinho da ilha”, como alguns do Jockey Club Brasileiro se referiram ao Hipódromo Guanabara (CANTINHO..., 1961, p. 11).

Em 1962, a despeito do grande investimento, o Jockey Club Guanabara não conseguia mais equacionar suas finanças. Acentuaram-se problemas que vinham ocorrendo nos meses finais do ano anterior, inclusive os de natureza legal. Em março, se tornaram públicas algumas ações entabuladas no sentido de manter o hipódromo em atividade. Em julho, menos de um ano depois de entrar em funcionamento, a diretoria comunicou o encerramento das atividades.

Desencadeou-se um debate público sobre o que seria feito com aquela instalação esportiva tão bonita. Havia especulações de que o Jockey Club Brasileiro adquiriria o Hipódromo. Ao fim, a Associação Atlética Portuguesa, um clube de menor poder econômico, que também não era originalmente da Ilha do Governador, depois de longa negociação, tornou-se proprietária e transformou o Prado no seu estádio (O GUANABARA..., 1962)²⁰.

O ambicioso hipódromo da Ilha do Governador manteve-se pouco tempo em funcionamento, mas deixou marcas que persistem até hoje. O clube que o adquiriu marcou sua presença não somente no nome do bairro (Portuguesa), como também por ter sido um dos responsáveis por desenvolver o local.

O Hipódromo Guanabara bem marcou uma transformação que naquele momento não se sustentou, mas já estava a caminho e em breve tornar-se-ia preponderante. Já muito integrada ao continente, em breve mudariam muito as características da Ilha do Governador. Em pouco tempo, não seria mais a mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação de três clubes fundados na Ilha de Governador nos permitiu discutir diferentes momentos de construção de perfis, vocações, representações acerca da insula, um processo que não se deu de forma espontânea, mas sim se tratou de uma produção conflituosa nas quais se destacam os aspectos políticos, relacionados aos culturais, econômicos e sociais.

As agremiações participaram ativamente dessa constituição do território, simultaneamente produzindo e refletindo a produção do espaço. As três mobilizaram os polos modernização-bucolismo. Se o Jequiá Futebol/Esporte Clube, uma sociedade formada por “nativos” que possuía forte base comunitária, procurou maior equilíbrio entre tais polos, o late Clube Jardim Guanabara, com menor inserção local, formada por recém-chegados, avançou na ideia de modernização, enquanto o Hipódromo Guanabara, formada por “estrangeiros”, exponenciou essa noção.

Cada uma dessas agremiações bem expressa as mudanças societárias pelas quais passou a Ilha do Governador. O Jequiá era dirigido por uma elite nativa de estrato médio. Já o Jardim Guanabara por uma elite socioeconomicamente superior recém-chegada. O Hipódromo Guanabara por gente mais rica que não vivia na Ilha. Os seus projetos e representações acerca da insula, ainda que tendo pontos em comum, eram distintos: conceberam de forma diversa a “produção do espaço”.

As experiências investigadas ocorreram antes do momento de maior crescimento da Ilha. Mesmo com tantas mudanças, a permanência das agremiações até os dias atuais, mesmo que no caso do Jockey Club Guanabara seja na forma de um estádio de futebol, são registros a nos lembrar como as marcas espaciais são de fundamental importância para melhor entendermos as experiências históricas.

²⁰ O estádio da Portuguesa foi inaugurado em 1965 (ÚLTIMA HORA, 1964).

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq (Bolsa de Produtividade de Pesquisa) e à FAPERJ (Programa Cientista de Nosso Estado).

REFERÊNCIAS

- A GRANDE vitória de Diário de Notícias. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 14, 29 set. 1930.
- A RAIÁ miúda. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 15, 22 jul. 1961.
- ABREU, M. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- ARMAZENZINHO. Armazém de dados. Instituto Pereira Passos. **Mapa de bairros do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2019.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mapa de Luiz Teixeira 1586**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1586.
- CANTINHO de página. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 11, 18 out. 1961.
- CICLISMO. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 5, 19 ago. 1917.
- CLUBES da cidade. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 20, 10 dez. 1958.
- CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, p. 50, 2/3 nov. 1957.
- CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, p. 1, 6 ago. 1961.
- CRITICANDO. Vida Esportiva, Rio de Janeiro, p. 18, 8 jan. 1921.
- DIAS, C. A. **Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DIÁRIO da Noite, Rio de Janeiro, p. 24, 31 jul. 1961.
- DIÁRIO Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 92, 18 nov. 1931.
- DIÁRIO Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 70, 3 out. 1935.
- DIÁRIO Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 59, 25 jan. 1944.
- DIÁRIO Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 63, 8 out. 1953.
- DIÁRIO Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 87, 4 jun. 1958.
- DIVERSÕES. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 5, 23 abr. 1908.
- EM ATIVIDADE o Jequiá E. Clube. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 10, 28 ago. 1954.
- FERNANDES, N. N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2011.
- FERNANDES, N. N. Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. **Scripta Nova**, Barcelona, v. X, n. 218 (27), 2006.
- FERREIRA, J. A. **Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira – Ilha do Governador – RJ**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- FONTAINHA, A. **História dos monumentos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: A. Fontainha, 1963.
- FRAGA, A. C.; SANTOS, M. O. Madureira, Capital dos Subúrbios (1940-1960): carnaval e comércio na produção de uma comunidade imaginada. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 11-31, jan.-jun. 2015. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.53132>
- FUTEBOL. **A Esquerda**, Rio de Janeiro, p. 5, 10 mar. 1928.
- FUTEBOL. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 1 fev. 1921.
- FUTEBOL. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 7, 18 fev. 1919.
- FUTEBOL. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 6, 29 set. 1920.
- FUTEBOL na Ilha do Governador. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p. 6, 1 fev. 1919.

- GONZALES, S. L. M. **A territorialidade militar no Brasil**: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – São Paulo: USP, 2008.
- GUANABARA cresce na Ilha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 14, 13 abr. 1960.
- GUIMARAES, R. S.; DAVIES, F. A. Alegorias e deslocamentos do “subúrbio carioca” nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 457-482, ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v825>
- HENRIQUES, E. B. **Distância e conexão**: insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia. Lisboa: Instituto Açoriano de Cultura, 2009.
- HEROLD JUNIOR, C.; MELO, V. A. Escotismo e esporte: propostas de educação do corpo no Rio de Janeiro dos anos 1910-1920. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230045, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230045>
- IATE Clube Jardim Guanabara. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 5, 2 abr. 1957.
- IMPRESSÕES do late Clube Jardim Guanabara. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 15, 29 dez. 1959.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Dados do Rio de Janeiro** – Regiões Administrativas. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=64a420b88f524ce1ba5ee3458bf85800>.
- IPANEMA, C. M. **História da Ilha do Governador**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- JORNAL dos Sports, Rio de Janeiro, p. 4, 16 out. 1960.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 1974/2000).
- MANCHETE, Rio de Janeiro, p. 79, 19 ago. 1961.
- MASCARENHAS, G. A Geografia dos Esportes: uma introdução. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 35, 1999.
- MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 10, p. 142-170, 2013.
- MELO, V. A. **Cidade Sportiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001.
- MELO, V. A.; SANTOS, J. M. C. M.; FORTES, R.; DRUMOND, M. **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- MIYASAKA, C. R. **Os trabalhadores e a cidade**: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920). Tese (Doutorado em História) – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- MONTEIRO, C. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 159-176, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100007>
- NO DISTRITO Federal, os sonhos dos mares das ilhas do Sul. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 20 nov. 1954.
- NO MUNDO do iatismo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 24, 24 ago. 1958.
- NOTÍCIAS da Ilha. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 116, 21 abr. 1956.
- O GRANDE festival de natal. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p. 9, 23 dez. 1920.
- O GUANABARA vai à Ilha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, 16 dez. 1920.
- O GUANABARA em foco. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 3 out. 1962.
- O GUANABARENSE late Clube. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 15, 25 mar. 1936.
- O JEQUIÁ deseja uma melhor aproximação. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 7, 14 mai. 1932.

- O'DONNELL, J. **A invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- POR BARLAVENTO. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, p. 7, 16 mai. 1958a.
- POR BARLAVENTO. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, p. 12, 16 set. 1958b.
- QUEIROZ, R. **Melhores crônicas (organizadas por Heloísa Buarque de Hollanda)**. São Paulo: Global, 2012.
- REVISTA Municipal, Rio de Janeiro, mar. 1936.
- REVISTA Municipal, Rio de Janeiro, mai. 1936.
- REVISTA Municipal, Rio de Janeiro, set. 1936.
- REVISTA Municipal, Rio de Janeiro, nov. 1936.
- RUSSO, P. R. Ilha do Governador: considerações acerca de seu processo de ocupação. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 89-100, 1997.
- SANTOS, J. M. C. M. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). Tese (Doutorado em História) – São Paulo: USP, 2010.
- SANTOS, J. M. C. M. Economia do Entretenimento: o processo de monopolização do primeiro empreendimento esportivo no Brasil (1850-1930). **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 202 - 222, jan.-jul. 2015. <https://doi.org/10.5902/1414650919167>
- SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89- 109, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>
- SILVA, F. C.; BERLINI, C. S. N. O acervo pessoal do urbanista Jorge de Macedo Vieira: a importância da preservação do patrimônio documental. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinho, v. 9, n. 2, p. 5-13, 2015.
- SOUTO, Judite Paiva. **“Uma vasta caieira”**: um estudo sobre os fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900). Dissertação (Mestrado em História Social) – Niterói: UFF, 2015.
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.
- TEM desfecho brilhante a festa de aniversário do Jequiá F. Club. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p. 12, 6 jun. 1923.
- TIRO de Guerra do Jequiá Futebol Clube. **A Nação**, Rio de Janeiro, p. 7, 4 jan. 1934.
- TUPI: saiu por último e ganhou fácil a regata. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 14 jul. 1956.
- ÚLTIMA Hora, Rio de Janeiro, p. 10, 12 mai. 1960.
- ÚLTIMA Hora, Rio de Janeiro, p. 14, 2 out. 1964.
- UM FESTIVAL no campo do Jequiá. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 9, 3 jun. 1923.
- VIDA Carioca, Rio de Janeiro, p. 19, set. 1933.

Recebido em: 03/07/2020

Aceito para publicação em: 05/11/2020